

# **PROJETO DE LEI N.º 2.438, DE 2023**

(Da Sra. Clarissa Tércio)

Proporciona medida de segurança nas escolas.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-1636/2023.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Proporciona medida de segurança nas escolas

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1°. Acrescente-se o inciso XIII ao art. 4° da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

"Art.4°	
XIIII- ambiente escolar seguro, incluindo a possibilidade d	a
presença de segurança armada, pública ou privada, com a finalidade d	le
reduzir riscos de violência no interior das escolas e seus arredores.	
"(NR)	

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

# **JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposta visa estabelecer medida de segurança ao ambiente escolar.

A educação é o meio através do qual uma geração transmite a outra valores, conhecimentos e técnicas de desenvolvimento, essenciais para



ampliar a possibilidade do indivíduo exercer uma atividade digna e ser produtivo.

Este ambiente precisa ser seguro e transmitir essa segurança aos alunos, aos profissionais envolvidos e aos pais. No entanto, inúmeros têm sido os casos de violência ao longo dos anos e, mais recentemente, uma onda de crimes contra a vida das pessoas têm colocado sob judice essa necessária segurança.

Muitos têm sido os debates e projetos que tentam miniminar essa insegurança. A verdade é que medidas precisam ser tomadas, a fim de conter essa onda de agressões, como, por exemplo, a presença de pessoas treinadas e munidas para exercer uma segurança efetiva.

Diante do clamor público dos pais, pela presença de segurança armada, que garantam a ordem em diversos estabelecimentos escolares, as diretorias e demais gestores sentem-se inseguros em contratar uma segurança armada ou requerer a presença de segurança do poder público em face da ausência de norma que permita claramente essa requisição ou contratação.

O fato inegável é que a presença de um segurança não apenas intimida um possível criminoso de agir; possibilita a interrupção de qualquer ação criminosa, caso haja, como transmite essa segurança necessária.

Crimes ocorrem quando alguém disposto a cometer uma ofensa encontra um alvo potencial desprovido de vigilância humana capaz de aumentar a chance de o ofensor ser pego<sup>1</sup>.

Seguranças podem contribuir para a prevenção de crimes nas escolas por meio de rondas, aumentando a vigilância e transmitindo

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. Social cange and crime rate trends: a routine activity



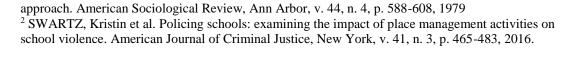
sensação de segurança à comunidade escolar; identificando comportamentos e situações problemáticas e implementando medidas corretivas em conjunto com os funcionários das escolas; auxiliando os funcionários das escolas a melhorar a sua própria capacidade de detecção de problemas e encaminhamento de soluções; e aconselhando ofensores ou vítimas em potencial<sup>2</sup>.

Em que pese não haver seurança armada suficiente para ocupar todas as escolas do Brasil, esse lei não obriga, mas respalda a presença em todas as gestões que desejem proporcionar essa forma de proteção.

Por todo exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, de 2023.

## **Deputada Clarissa Tércio**







### CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Art. 4º  $\frac{https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996-}{1220;9394}$ 

### FIM DO DOCUMENTO